

O xadrez dos abusos

GABRIEL LACERDA

Um plano econômico — vimos vários — enfrenta três tipos de problema, que geralmente se sucedem em ordem cronológica.

O primeiro grupo é o dos problemas ligados à vida quotidiana da população: como reajustar salários, alugueis, prestações da casa própria, planos de assistência médica, mensalidades escolares, luz, gás e telefone, enfim toda gama de relações que começaram antes do plano e continuam após sua entrada em vigor.

Na primeira fase surge também, quando há mudança de moeda, o problema de adaptação ao novo padrão. As pessoas se confundem na comparação do valor ou na conversão da moeda velha para a moeda nova.

No caso do Plano Real, a fase inicial está sendo superada talvez até com mais facilidade que em planos anteriores. A nova moeda teve seu advento preparado pela indexação em URV; as cédulas antigas estão sendo recolhidas, o dinheiro novo já circula, com denominações consideravelmente menores e estampas diferentes.

Sejam esses ou outros os motivos, o fato é que, em pouco mais de 15 dias, o brasileiro parece já ter se acostumado à nova moeda e estar até gostando dela. Começam agora os problemas que se poderiam dizer de médio prazo; o mais importante é evidentemente o que se costuma designar, por eufemismo, o "realinhamento" dos preços.

Um dos maiores males da hiperinflação é justamente o completo descontrole que provoca nos mecanismos de formação de preços. As variações entre preços do mesmo produto em dois momentos no tempo ou em dois pontos de oferta são enormes; os preços relativos de utilidades diversas chegam a descompassos que tocam ao absurdo. Na economia da hiperinflação o importante não é o valor, não é o custo, não é a eficiência; é passar adiante com a maior rapidez possível o ônus da desvalorização vertiginosa da moeda. A expressão "realinhamento" seria assim a revisão necessária quando a inflação é estancada.

É o processo a que vimos assistindo desde o primeiro anúncio do plano e que se acelerou nos dias que antecederam à entrada em vigor do real.

A etapa é extremamente perigosa. Trava-se um complicado jogo; quase um xadrez; os parceiros da partida, porém, não são duas pessoas, nem duas entidades, ou grupos. Mais correto seria dizer, sem especificar, que combatem duas forças, uma que empurra os preços para cima, outra que os contém ou puxa para baixo.

Entre as forças que empurram os preços para cima uma é, sem dúvida, a tão propalada ganância. Outro dos

males provocados por anos e anos de hiperinflação é precisamente a exacerbção do desejo de ganho — alma do sistema capitalista — além dos limites do moralmente tolerável.

A alta generalizada dos preços que vem ocorrendo, em conjunção com o lançamento da nova moeda, porém, não decorre apenas de atos de "aproveitadores inescrupulosos". Outros fatores objetivos naturais, mesmo, ajudam a explicar o fenômeno. Alguns até, forçoso é dizer, chegam a ser justos. Natural, por exemplo, que alguns empresários, traumatizados por três congelamentos, às vésperas de um novo plano, tenham fundado receio, a despeito de negativas enfáticas do Governo, de que se repita mais uma vez o artifício. Seriam os aumentos "de precaução". Desnecessários, talvez, mas compreensíveis.

Outras vezes, o aumento chega a ser forçado. Empresas existiam, especialmente no setor de comércio, que, de uma certa forma viviam da inflação. Comprando a prazo e vendendo à vista podiam, graças ao giro

**«A melhor reação
ao abuso é
simplesmente
não se
deixar abusar»**

vertiginoso do dinheiro, gerar ganhos financeiros suficientes para possibilitar vender produtos a preços nominais inferiores àqueles pelos quais os mesmos produtos haviam sido comprados. Recuperar a margem em uma economia estável é para empresas desse tipo — das quais o melhor exemplo são precisamente os supermercados — simples questão de sobrevivência.

Claro que, qualquer que seja seu motivo, justo ou injusto, forçado ou abusivo, aumentos de preços contribuem sempre negativamente para o sucesso do plano.

O problema que se coloca, então, é como maximizar os forças que detêm os aumentos. O Governo vem tentando de todas as formas fazer isso. Ameaça, exorta, denuncia, libera importações.

As ameaças, no fundo, servem mais para apaziguar a opinião pública. Sabem as autoridades muito bem que tabelamentos são inviáveis e que o plano só poderá dar certo com o mercado funcionando livremente. Sabem também que as punições, estabelecidas em lei recente para "au-

mentos abusivos", são de aplicação, para dizer o menos, problemática. Definir o que seja "abusivo" embute uma grande dose de subjetividade. Abusos existem, todos sabem, todos sentem; mas daí até conseguir determinar que tal ou qual empresa praticou efetivamente um abuso vai uma larga distância. É preciso apurar a formação de custos, comparar margens, ponderar fatores, um exercício quase sempre complexo demais, especialmente se utilizado para fundamentar punições severas a grupos fortes e necessariamente conduzido por agências governamentais com pessoal técnico reduzido, atuando sob pressão da opinião pública.

Isso não significa, é claro, que o Governo deva assistir passivamente aos excessos ou utilizar-se apenas de meios indiretos. Ameaça, de alguma forma, há de inibir os menos avisados e os mais exagerados aproveitadores do momento.

O Governo faz mais: coleta e divulga preços, fornecendo opções de escolha. Talvez até devesse dar maior ênfase relativa a essa forma de atuação — utilizando ao máximo possível os poucos agentes de que dispõe. Essa atividade ataca os aumentos de preços com a única arma capaz de realmente deter o processo — as forças do mercado.

O Governo, porém, precisa ser ajudado: o mais que pode fazer por melhor que seja feito, é estimular reações; quando muito, atua no mercado, influenciando tendências ou desaguando estoques reguladores. Mas não é o mercado. O mercado são os compradores e a estes pode o Governo apenas informar e exortar: não comprem, regateiem, boicotem, informem-se, agrupem-se.

Essas exortações têm que ser levadas a sério. Não são patéticos apelos ou sinais de desespero. São recomendações que devem ser seguidas. A melhor reação ao abuso não é pedir às autoridades que punam quem abusa; é simplesmente não se deixar abusar.

O mercado são também os vendedores, que devem procurar entender que se pode ganhar dinheiro vendendo mais, em vez de vendendo mais caro; que insistir em abusos, ainda que possa escapar impune, contribui ao fracasso do plano e que o fracasso do plano prejudica a todos, inclusive aos próprios vendedores.

A terceira fase do plano, em suma, a grande incógnita, seu sucesso ou insucesso, não é responsabilidade apenas do Governo. É da Nação, de todos os brasileiros; tanto maior individualmente quanto maior for o poder de cada um.

O Brasil só resolverá seus problemas no dia em que os brasileiros deixarem de esperar que o Governo faça tudo enquanto cada um trata de ganhar para si próprio o mais que possa.